

## POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS EM MOÇAMBIQUE NOS PRIMEIROS ANOS DA INDEPENDÊNCIA (1975-1981)

*Public education policies in Mozambique in the early years of independence (1975-1981)*

Sabino Tobana Intanquê<sup>1</sup> e Carlos Subuhana<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os avanços do sistema de educação em Moçambique logo após a conquista da independência, levando em consideração as inúmeras políticas públicas educacionais implementadas, que possibilitaram a expansão da rede nacional de ensino, bem como de instituições de ensino superior. Enfatizamos ainda a importância que a educação teve em Moçambique em plena efervescência da *luta pela independência* do país. Para a realização desta pesquisa, utilizou-se a pesquisa bibliográfica que permitiu o levantamento de dados importantes e sólidos para embasamento teórico, assim como a análise de documentos. Concluiu-se que quando a educação é convertida em prioridade, através de políticas públicas de Estado, existe a possibilidade de alcançar altos níveis de desenvolvimento socioeconômico, exemplo das conquistas alcançadas em Moçambique logo após a Proclamação da Independência (1975).

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; Educação; Moçambique; Independência.

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar os avanços do sistema de educação em Moçambique logo após a independência nacional, levando em considerações as inúmeras políticas públicas educacionais desencadeadas que possibilitaram a ampliação de escolas assim como de instituições de ensino superior (IES).

<sup>1</sup> Licenciado em Sociologia (UNILAB), Mestre em Educação pela PUC-RS/Brasil, Doutorando e Bolsista CAPES-UFPEL.

<sup>2</sup> Professor efetivo da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Após a conquista da independência, a educação escolar foi compreendida pelo governo da FRELIMO<sup>3</sup> como ferramenta que viabilizaria o alcance de uma sociedade justa e progressista e de criação do 'homem novo', preocupado com o bem-estar do povo, que protegesse o povo e servisse os seus interesses, e com a capacidade de transformar o país e guiá-lo rumo ao progresso.

De acordo com Juliano Neto de Bastos e Stela Mithá Duarte (2017), Moçambique foi uma das províncias ultramarinas que integrava a Metrópole. De certa forma, o sistema colonial português introduziu a educação formal por volta do séc. XIX e, paulatinamente, procurou diferenciar as modalidades de ensino, sendo um para a elite colonial e assimilada e outra para os que, dentro da estrutura colonial, eram considerados indígenas, ou seja, antes da independência de Moçambique que aconteceu em 1975, o sistema educacional estabelecido pela administração colonial portuguesa assumia um caráter segregacionista e elitista, visando reproduzir e promover as desigualdades, dentro da perspectiva colonial, tendo como finalidade formar indivíduos que pudessem participar na economia como mão-de-obra barata, capaz de contribuir para o aumento da produção e da produtividade para a metrópole.

De acordo com Bastos (2016 apud Bastos e Mithá, 2017), podem ser considerados dois momentos diferentes que contextualizam o desenvolvimento do sistema educacional como um todo no período pós-colonial em Moçambique, a saber: (i) o contexto político-ideológico da criação do "Homem Novo" em que se desenvolveu um paradigma que rejeitava o legado colonial, assim como o papel a desempenhar pela tradição (a sociedade tradicional) e; (ii) o conceito de criação de um "Homem Moçambicano" desenvolvido dentro de um paradigma definido por um contexto de liberalismo econômico e liberalismo político. Em ambos os contextos, segundo Bastos e Mithá (2017), foram feitas mudanças para acomodar um novo paradigma de educação, de modo que pudesse refletir o interesse socioeconómico e político de cada período.

## PRIORIZAÇÃO DO SETOR EDUCACIONAL PÓS-INDEPENDÊNCIA

Segundo Uaciquete (2010), com a conquista da independência do país em 1975, Moçambique se deparou com uma estrutura patrimonial do sistema colonial, tanto material como humana, assim como, também, com uma educação que foi implementada nas zonas libertadas.

<sup>3</sup> FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), que liderou a Luta Armada de Libertação Nacional, entre 1964 e 1974 até ao alcance da Independência Nacional em 1975.

Na área da educação, o país deparava-se com a insuficiência das instituições escolares e com a falta dos professores e técnicos para atuarem nesta referida área. O autor citado afirma que durante muitos anos, vários moçambicanos não frequentaram a escola por razões decorrentes do sistema colonial, baseado na descriminação, por este motivo, depois da independência, houve a expansão da rede escolar que se deu através de campanhas de erradicação do analfabetismo no país. Trata-se de um processo que apresentou resultados positivos entre os anos 70 e 90, uma vez que a taxa de analfabetismo, que era de cerca de 93% em 1975, diminui para 72% em 1980 e 62% em 1985 (Cf. Mazula, 1995).

De certa forma, Uaciquete (2010) afirma que no setor educacional, por meio do Governo de transição, muitas ações foram levadas a cabo para discutir o sistema educacional, tais como:

- Seminário de Beira (dezembro de 1974 a 1975);
- Reunião de Macuba (abril de 1975);
- Seminário Nacional de Alfabetização (abril de 1975);
- III<sup>a</sup> Reunião do MEC (julho de 1979);
- Seminário Nacional da Língua Portuguesa (outubro de 1979);
- Seminário Nacional de Ensino de Matemática (maio de 1980).

De acordo com Stimamiglio e Bach (2018), transformações de caráter social, político, econômico e cultural têm marcado a sociedade contemporânea. Muitas delas são estruturais, o que interfere diretamente na educação. No caso de Moçambique, as mudanças ocorridas na política educacional trouxeram melhorias nos mecanismos da administração e gestão da educação, alterações dos currículos escolares e uma participação ativa do povo na escola. Apesar de todos os esforços feitos para garantir o acesso à uma educação de qualidade, o país se deparava com diversos fatores como a falta de material didático adequado, infraestrutura inadequada e outros problemas que afetavam diretamente o setor, que acabavam se tornando em possíveis causas do fracasso escolar e interfeririam negativamente no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com o Relatório publicado pela AfriMAP (2012), após a Proclamação da Independência em junho de 1975, na área da educação, o padrão de ensino que a FRELIMO adotou se baseava no modelo utilizado nas zonas libertadas em plena situação colonial. O referido padrão de ensino se coloca nos seguintes parâmetros:

- 1) o ensino precisa funcionar com seus próprios recursos;
- 2) todas as pessoas devem aprender e ensinar;
- 3) fazer uma conexão entre a teoria e a prática;

- 4) lutar contra o tribalismo, racismo e nepotismo;
- 5) fazer uma ligação entre a educação, produção e a comunidade;
- 6) tornar a escola um meio democrático.

Num discurso proferido na 2ª Conferência do Departamento de Educação e Cultura (DEC), em 1973, Samora Machel afirma que a educação deveria preparar os moçambicanos para assumirem a nova sociedade e as suas exigências.

A educação deve dar-nos uma personalidade moçambicana, que sem subserviência alguma, assumindo a nossa realidade, saiba em contacto com o mundo exterior, assimilar criticamente as ideias e experiências de outros povos, transmitindo-lhes também o fruto da nossa reflexão e prática (Machel, 1973).

De certa forma, mesmo com as dificuldades que o país se deparava nos primeiros momentos de independência política – falta de material didático adequado, infraestrutura inadequada, falta de quadros e recursos financeiros –, é possível perceber que vários esforços foram feitos para a criação de políticas públicas educacionais que possibilitaram o avanço dos sistemas de ensino em Moçambique.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a criação de políticas públicas educacionais sempre fez parte dos esforços dos governantes, principalmente nos primeiros momentos da conquista das independências. Em Moçambique as políticas educacionais possibilitaram o avanço do sistema de ensino, avanços esses que até hoje continuam sendo expressivos. De igual modo, não se pode negar que as políticas públicas educacionais têm se transformado em fatores primordiais para o avanço do país em todas as vertentes, desde a criação das escolas nas regiões que compõem o país, assim como no melhoramento das atividades educacionais.

Por outro lado, a partir dos estudos feitos, percebe-se que quando a educação é convertida em prioridade, através de políticas públicas de Estado para a educação, a probabilidade de alcançar altos níveis de desenvolvimento socioeconômico e educacional são maiores, a exemplo das conquistas alcançadas em Moçambique logo após a Proclamação da Independência (1975), pois conseguiu baixar os altos índices de analfabetismo herdados da administração colonial.

## REFERÊNCIAS

ÁFRICA DO SUL. Moçambique, a prestação efetiva de serviços públicos no setor da educação.

Rosebank: **AfriMAP & Open Society Foundation**, 2012. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/14444915/mocambique-a-prestacao-efectiva-de-servicos-publicos-afrimap#>. Acesso em: 12 abr. 2025.

BASTOS, Juliano Neto de; DUARTE, Stela Mithá, Políticas educacionais e transformações socioeconómicas no período pós-colonial em Moçambique. In: **IV Seminário de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE**, VI Seminário Sobre Profissionalização Docente, 2017.

LUDKE, M; ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

UACIQUETE, Adriano Simão. **Modelo da administração da educação em Moçambique 1983-2009**. 2010. 124 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Departamento de Ciências da Educação, Universidade de Aveiro. Aveiro, 2010. Disponível em: <https://ria.ua.pt/handle/10773/1086>. Acesso em: 11 abr. 2025.

MAZULA, B. **Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975 – 1985**. Em busca de fundamentos filosófico-antropológicos. (Coleção as Armas e os Varões, 13) Lisboa, Porto: Afrontamento, 1995.

MOÇAMBIQUE. “Educar o homem para vencer a guerra, criar uma sociedade nova e desenvolver a pátria”. Mensagem do Camarada Samora Machel, Presidente da Frelimo, à 2ª Conferência do Departamento de Educação e Cultura – DEC. In: **Coleção Estudos e Orientações** Nº 2 nov. 1973. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/machel/1970/09/educar.htm>. Acesso em: 11 abr. 2025.